

CATÁLISE PARA MUDANÇA SOCIAL QUALITATIVA OU EFEITO DESCIVILIZADOR? O ESTATUTO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIL E EXTRAPARLAMENTAR EM HERBERT MARCUSE E NORBERT ELIAS

CATALYSIS FOR QUALITATIVE SOCIAL CHANGE OR DESCIVILIZER EFFECT? THE STATUS OF THE STUDENT AND EXTRA-PARLIAMENTARY MOVEMENTS IN HERBERT MARCUSE AND NORBERT ELIAS

Anderson Alves Esteves¹

Resumo: Análise do estatuto do movimento estudantil de acordo com Herbert Marcuse e Norbert Elias: estudantes engajados, em países centrais do capitalismo, empreenderam movimentos, durante a segunda metade do século XX, caracterizados por oposição à ordem estabelecida e desejo de transformá-la. O presente artigo aborda o tratamento que os dois autores dispensaram à questão e interroga os alcances e limites de seus diagnósticos: para o primeiro pensador, o apanágio do ativismo estudantil está na catalisação, aglutinação e mobilização de agentes da mudança social qualitativa mediante a práxis revolucionária; na Teoria Crítica do filósofo frankfurtiano, há juízo afirmativo em relação aos movimentos e negativo em relação ao *status quo*. Para o segundo, a característica dos movimentos extraparlamentares é pensada como parte de um surto descivilizatório que frearia, por algum tempo, o movimento de longo prazo, peculiar ao Ocidente moderno, que transforma a coerção externa em interna e edifica uma estrutura de personalidade civilizada; na Sociologia de processos do autor, há juízo negativo em relação a movimentos extraparlamentares.

Palavras-chave: Herbert Marcuse. Norbert Elias. Movimento estudantil. Civilização.

Abstract: Analysis of the statute of the student movement according to Herbert Marcuse and Norbert Elias: Engaged students in central countries of capitalism undertook movements during the second half of the twentieth century characterized by opposition to the established order and desire to transform it. The present article deals with the treatment that the two authors dispense with the question and interrogate the scope and limits of their diagnoses: for the first thinker, the apantage of student activism is in the catalyzation, agglutination and mobilization of agents of qualitative social change through revolutionary praxis; in the Critical Theory of the philosopher of Frankfurt, there is affirmative judgment in relation to the movements and negative in relation to the *status quo*. For the second, the characteristic of extra-parliamentary movements is thought of as part of a descivilizatory outbreak that would, for some time, slow down the long-term movement peculiar to the modern West, which transforms external coercion into internal and builds a structure of civilized personality; in the Sociology of processes of the author, there is negative judgment regarding extra-parliamentary movements.

Keywords: Herbert Marcuse. Norbert Elias. Student movement. Civilization.

Cinquenta anos após o Maio de 1968, vale refletir, à luz da Teoria Crítica de Herbert Marcuse², acerca do estatuto do movimento estudantil nas sociedades

¹ Professor do IFSP, *campus* Itaquaquecetuba, e pós-doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo sob a supervisão do Prof. Dr. Ricardo Musse. E-mail: andersonesteves@ifsp.edu.br

industriais avançadas³, relacionando-o a duas questões: (1) ao suplementar pautas específicas com outras de âmbito geral e aprofundar reivindicações, o movimento em questão contribuiu com a majoração ou a inviabilização da democracia (formal e substancial) à medida que diagnosticara necessidade de mudança social qualitativa?⁴ (2) Em virtude de os estudantes estarem engajados e de atuarem contra as instituições em vigência, sem que ainda as tivessem metamorfoseado por completo, não fizeram retroceder (algumas) conquistas democráticas e sociais sob a conjuntura na qual as classes subjacentes haviam alcançado após a II Guerra Mundial e a emergência do estado de bem-estar social?

O tratamento dado por Marcuse aos dois problemas contribuiu para bem entendê-los: o movimento estudantil foi pensado como *catálise* para a mudança social qualitativa, tais como expressam os casos das ações estudantis que transcenderam pautas específicas e mobilizaram a sociedade no Maio de 1968 em Paris, da radicalidade do movimento estudantil alemão e das grandes manifestações norte-americanas contra a Guerra do Vietnã – em todos eles, as reformas do ensino superior foram pensadas em conjunto com a demanda de “reforma da sociedade” (WIGGERSHAUS, 2006, p. 649). Tais mobilizações mostraram que jovens organizadores da luta nos *campi* universitários poderiam, concatenando pautas específicas e gerais, expandir o movimento para ativar e

² Apontado pela imprensa e por parte da crítica como guru [*“maître à penser”*] (WIGGERSHAUS, 2006, p. 648) do movimento estudantil e da Nova Esquerda nos EUA, uma vez que enquanto a primeira o declarou “pai do movimento” (título recusado pelo filósofo, pois considerava que os estudantes tinham autonomia suficiente para empreender seus projetos e ações), Barbara Freitag qualificou-o como o *“intellectual orgânico da New Left”* (FREITAG, 1986, p. 178).

³ A despeito dos movimentos de 1968 não se limitarem aos países centrais do capitalismo, o recorte deste artigo não aborda os países periféricos e deixa para outro momento a importante questão que o Movimento de Libertação do Terceiro Mundo exerceu tanto para o diagnóstico conjuntural do período quanto para a boa compreensão do pensamento de Herbert Marcuse.

⁴ Ao final dos anos 1930 e início da década de 1940, Marcuse e Neumann, em *Uma história da doutrina da mudança social e Teorias da mudança social*, analisaram doutrinas de mudança social em autores da Antiguidade a Idade Contemporânea – vale dizer, da Filosofia (que não limitava a análise a uma disciplina específica e, ao contrário, integrava fatores psicológicos, éticos, sociais, políticos e naturais, procurava leis universais, trabalhava com concepções de progresso social e evolução, não pensava a sociedade como independente da natureza, da metafísica e da teologia) à emergência da Sociologia (que rompeu a conexão entre teoria da sociedade e Filosofia e enveredou pela pesquisa empírica, especializada) –, desqualificam as teorias que, programaticamente, pensaram a mudança social dentro da “forma dominante de sociedade” (MARCUSE; NEUMANN, 1999, p. 149) e que não atingiam o conteúdo intrínseco das formações sociais de que tratavam; em seguida, afirmaram o programa marxiano de mudança social, entendido como superação do determinismo à medida que fazia repousar a mudança social na “livre decisão dos trabalhadores associados” e “conscientes do processo social” e não em supostas “leis” (MARCUSE; NEUMANN, 1999, p. 186-7), tais como as da natureza. Contudo, na década de 1960, em *O homem unidimensional*, Marcuse considerou que uma “mudança qualitativa” (MARCUSE, 2015, p. 50) não estava no horizonte de uma sociedade unidimensional constituída de uma racionalidade tecnológica que ofertava e distribuía eficientemente falsas necessidades e empreendia uma “administração total” (MARCUSE, 2015, p. 45) dos átomos sociais, dificultando a possibilidade de mudança social.

aglutinar outros grupos sociais contra a sociedade estabelecida e suas (novas) formas de controle para, assim, edificarem a “Grande Recusa” (MARCUSE, 1969c, p. VII). Entre outros trabalhos, dois documentos denotativos do tom afirmativo do Autor em relação aos estudantes foram *O fim da utopia*, originariamente escrito para uma palestra que Marcuse proferiu, em 1967, a convite da organização alemã SDS (*Sozialistischer Deutscher Studentenbund*)⁵, e *Objetivos, formas e perspectivas da oposição estudantil*, também de 1967. Outra maneira de bem entender a resposta marcusiana às questões supracitadas, é a visualização de uma perspectiva diferente que permita sublinhar as observações do próprio filósofo frankfutiano, tornando-a mais clara justamente por possuir coloração distinta. Para tal tarefa, em lugar de refletir acerca da relação entre Marcuse e Adorno, tal como em estudos mais canônicos em Teoria Crítica e que tomam por base a correspondência entre os dois filósofos⁶, este artigo erige um diálogo improvável entre Marcuse e o sociólogo Norbert Elias – coroado com o “curioso acaso” (RIBEIRO, 2011, p. 10) do prefácio de Elias de 1968 a *O processo civilizador* ter sido publicado enquanto Marcuse havia sido apontado como guru dos movimentos estudantis daquele ano, como comentou Renato Janine Ribeiro – , que analisou o ativismo dos estudantes alemães de maneira pouco entusiasta por entender que redundava em um efeito descivilizador. Norbert Elias observou que as organizações ilegais e extraparlamentares arvoradas pelos estudantes alemães, compostas principalmente por jovens de classe média que cresciam sob o *Welfare State* e que adotaram estratégias violentas de luta política, compassadas com a tradição de seu país e com questões conjunturais da segunda metade do século XX, revoltaram-se por motivação não predominantemente econômica ou de classe, mas pela questão da significação pessoal e de alterações no gradiente de poder entre as gerações. Um trabalho expressivo da consideração de Elias foi *Terrorismo na República Federal da Alemanha – expressão de um conflito social entre gerações*. Contudo, a despeito de tais diferenças, alavancadas pela recusa que o sociólogo apresentou ao marxismo e à vinculação entre ativismo político e violência, tal como a empreendida pelas organizações alemãs SDS [que, tomando as táticas das lutas de libertação do Terceiro

⁵ “No dia 12 de julho, o congresso de quadro dias organizado pelo SDS começou; Marcuse era o ponto alto. Diante de uma sala cheíssima, ele pronunciou as conferências “Das Ende der Utopie” (O fim da utopia) e “Das Problem der Gewalt in der Opposition” (O problema do recurso à violência na oposição) e participou dos debates públicos “Moral und Politik in der Übergangsgesellschaft” (Moral e política na sociedade em transição) e “Vietnam – Die Dritte Welt und die Opposition in den Metropolen” (Vietnam: o Terceiro Mundo e a oposição nas metrópoles)” (WIGGERSHAUS, 2006, p. 654).

⁶ Cf. LOUREIRO, I. [Org]. “As últimas cartas” In: MARCUSE, H. *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Trad. de I. Loureiro e R. de Oliveira, Petrópolis: Vozes, 1999, p. 87 *et seq.*

Mundo como modelo, transformava o movimento estudantil em uma guerrilha urbana, os ativistas em guerrilheiros e as universidades em base das ações; outrossim, o movimento reivindicava a herança dos pensadores da Teoria Crítica e não abria mão do vínculo entre teoria e prática, a despeito da desavença entre o movimento e Adorno (LIMA; SANTOS, 2016, p. 43)] e RAF (*Rote Armee Faction*, também conhecida como *Grupo Baader-Meinhof*), é preciso considerar que há pontos em comum entre a Teoria Crítica e a Sociologia de processos, tais como os apresentados por Alexandre Fernandez Vaz⁷: grande consideração pela História na análise dos fenômenos sociais, atenção destacada aos saberes psicanalíticos e o modo como as coerções exteriores são internalizadas pelos indivíduos, reflexões e produções teóricas acerca da relação entre civilização e cultura, interesses e temas afins em questões artísticas, filosóficas e sociológicas, trabalho interdisciplinar que procurava superar a estrita divisão do trabalho acadêmica e o descompasso entre as “dimensões micro e macrosociológicas” (PONTES, 1999, p. 35); ademais, acrescenta-se a aversão de Marcuse à apologia do irracionalismo e do anti-intelectualismo por parte dos movimentos estudantil e de juventude que submetia o pensamento à primazia da ação e desfilava críticas contundentes às atividades acadêmicas e aos profissionais da área, desconsiderando que a atividade do pensamento era uma força centrípeta e de resistência sob a sociedade unidimensional – tal crítica ao irracionalismo e ao anti-intelectualismo poderia ter sido subscrita por Elias.

Para tratar do problema, Marcuse usou os recursos do materialismo histórico a fim de limpar o terreno dessa mesma tradição, minada por, entre outras, três características do marxismo ortodoxo⁸: negligência de aspectos subjetivos em nome da hipostasia dos objetivos; integração ao *status quo* mediante partidos stalinizados que postergavam ou anulavam o programa de abolição da propriedade privada e da

⁷ VAZ, A. F. *Adorno por Elias, para além de Elias*: questões para uma Teoria Crítica do presente. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-038/762>>. Acesso em 26-06-2018.

⁸ Na obra de Marcuse, “a expressão ‘marxismo ortodoxo’ não é usada tal como em Lukács, que versa acerca da questão metodológica no primeiro capítulo de *História e consciência de classe* e que, ao tratar das análises de Rosa Luxemburgo e Lênin em torno do marxismo e da polêmica contra o revisionismo, termina por relativizar o marxismo à medida que recupera elementos da dialética hegeliana, deixada, na época, em segundo plano, em virtude do cientificismo, da metafísica, da negligência da história e da totalidade, do divórcio entre teoria e prática que muitos intérpretes – inclusive Engels – faziam da obra de Marx, como explica Ricardo Musse em *A dialética como discurso do método*. ‘Marxismo ortodoxo’ era, assim, a maneira de evitar tais interpretações. Da forma que a expressão aparece nos textos de Marcuse, ela aponta para a doutrina e prática dos partidos comunistas oficiais, suas burocracias e intelectuais a eles filiados”. ESTEVES, A. A. *Do socialismo científico ao socialismo utópico*: o projeto emancipatório de Herbert Marcuse – Política e Estética nas décadas de 1960 e 1970. Tese de doutorado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017, p. 184.

alienação, além de suspensão da edificação do comunismo; petrificação dos conceitos construídos no século XIX e aplicação dogmática deles à realidade do século XX, ensejando, assim, a não-percepção das transformações no proletariado e a insistência nele como vanguarda da materialização do projeto emancipatório. Notadamente acerca da terceira característica, o proletariado norte-americano alcançou tamanho grau de integração (infra e superestrutural) à ordem, potencializado pelo atendimento de necessidades materiais e culturais, pelo incremento da tecnologia às atividades produtivas e a formação de grandes contingentes de trabalhadores de colarinho-branco, que a classe pensada como revolucionária por Marx, desde 1844, adquiriu consciência “antirrevolucionária” (MARCUSE, 1973, p. 15), traços de “aburguesamento” (MARCUSE, 1976, p. 68) e portava interesses conectados ao capitalismo monopolista. Contudo, o marxismo ortodoxo continuava a investir na estratégia de alocar o proletariado tradicional como agente monopolizador da mudança social qualitativa, orientado por um partido de vanguarda que, de fora para dentro, introduziria a consciência necessária para a práxis revolucionária e lideraria a edificação do socialismo a partir de uma crise última e derradeira do modo de produção em vigência; se o processo não estivesse em curso, pensava-se o partido revolucionário como fraco, a consciência de classe como débil e a correlação de forças como desfavorável.

Por sua vez, Marcuse explicou a suspensão do projeto emancipatório de maneira a problematizá-la com mais profundidade do que a circunscrição ao terreno da correlação de forças pensada pelo marxismo ortodoxo: o próprio conceito de alienação foi examinado à luz da formação da miríade de novas formas de controle social e da dificuldade que encetava para sua percepção entre os trabalhadores das sociedades industriais avançadas, no século XX. Para o filósofo frankfurtiano, estas novas formas de controle em lugar de findarem com as determinações do trabalho alienado, potencializaram-nas: mantiveram a repressão, mas de forma palatável, higiênica, tecnológica, agradável, divertida – nas palavras do Autor, arvoraram o fenômeno da “dessublimação repressiva” (MARCUSE, 2015, p. 85) como um dos apanágios da civilização marcada por repressão desnecessária, mas persistente, a “mais-repressão” (MARCUSE, 1978, p. 51), e de um princípio de realidade correlato, o “princípio de desempenho” (MARCUSE, 1978, p. 51). Abaixo, eis uma breve caricatura das novas formas de controle social que convocaram, integraram e mobilizaram o proletariado tradicional dos *Welfare State* e *Warfare State* de países capitalistas desenvolvidos, socializando-o para pensar e agir de forma a mimetizar seus dominadores. (1) Produção

e distribuição de *falsas necessidades* (superimpostas aos átomos sociais e consumidas de maneira programada e manipulada, cujo resultado era a perpetuação da dominação, da heteronomia, do disciplinamento, da servidão voluntária que negava ao consumidor a percepção de que era manipulado e controlado justamente pelo que consumia). (2) A *indústria cultural* (construtos estéticos colonizados pela forma-mercadoria, reduzidos a anúncios, mobilizadores das pessoas como consumidoras da mesmice que as desprivatizavam de si mesmas e as integravam ao considerado socialmente útil, cimentando os vínculos societários no interesse da ordem constituída). (3) A *nova estrutura psíquica dos átomos sociais e a sexualidade correlata à conjuntura histórica* [em virtude do capitalismo monopolista e das transformações nas formas tradicionais de socialização, houve corrosão da estrutura psíquica tripartite e limitação da formação do “eu” (ego) autônomo]. (4) A *política* (até os partidos autointitulados oposicionistas estavam integrados à ordem). (5) A *locução* [operacional, funcional, subtraidora da tensão com a realidade pela via da unificação de termos antagônicos, da hifenização, da abreviação, da eliminação de conteúdos críticos, do abuso de adjetivos positivos e da repetição de termos hipnóticos (MARCUSE, 2015, p. 108)]. (6) A *tecnologia* [presente nas formas de controle social supracitadas, rebaixadora do trabalhador diante do maquinário ao mesmo tempo em que apresentava-se como racional e elevadora do padrão de vida – aos olhos do operário, meio de ingresso à classe média e à pretensa comunidade tecnológica; tecnologia, portanto, que operava como política à medida que dispunha as pessoas como objetos de dominação desde a produção por vincar-se de um “*a priori*” (MARCUSE, 2015, p. 164) que denotava sua não-neutralidade e, a despeito de diferenças⁹, tal ideia aproximava-se da concepção de razão instrumental, tal como pensada por Horkheimer e Adorno na *Dialética do Esclarecimento*].

Juntas, as considerações acerca das novas formas de controle social permitiram a Marcuse diagnosticar, em 1964, as sociedades industriais avançadas como *unidimensionais*, uma vez que os átomos sociais estavam administrados e mimetizados à ordem estabelecida; ademais, a “coexistência pacífica” entre EUA e URSS mobilizava a economia de defesa nos países capitalistas avançados e funcionava como “um dos motores da produtividade crescente” (MARCUSE, 1999b, p. 48) e ferramenta de

⁹ Cf. (1) ESTEVES, A. A. *Do socialismo científico ao socialismo utópico: o projeto emancipatório de Herbert Marcuse – Política e Estética nas décadas de 1960 e 1970*. Tese de doutorado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017, p. 78 *et seq.* (2) ESTEVES, A. A. “Marcuse: a tecnologia como forma de controle social” In: SGANZERLA, A.; VALVERDE, A.; FALABRETTI, E. (Orgs.) *O pensamento político em movimento vol. 2*. Curitiba: PUCPress, 2018, p. 229-252.

estabilização do modo de produção vigente, tal como Marcuse explicou em *Marxismo soviético* e em *O homem unidimensional*. Como recolocar o projeto emancipatório no horizonte? Como o movimento estudantil poderia contribuir?

O alvitre marcusiano foi o de, no espírito da Teoria Crítica, tratar o objeto historicamente e evitar o fetichismo de categorias ossificadas como aquelas usadas pelo marxismo ortodoxo, notadamente se se pensar que os descontentamentos, peculiares ao final da década de 1960, eram próprios a novas formas da Grande Recusa articuladora entre presente e futuro e a agentes que extrapolavam o proletariado como categoria canônica e pretensamente monopolista da emancipação social, a saber, intelectuais, estudantes, grupos étnicos, movimentos de libertação do Terceiro Mundo, pacifistas, feministas, ecologistas, desempregados, em suma, *outsiders*, reunidos ou não, que manifestavam demandas e poderiam destravar a luta de classes, mas sem qualificarem-se como “vanguarda” revolucionária por excelência e sem contarem com base de massas para, sozinhos, efetivarem a mudança radical – avaliada, por isso, como “abstrata, acadêmica, irreal” (MARCUSE, 1969c, p. 79). De todo modo, foi tal conjuntura que inclinou o Autor a mudar de posição e a pesquisar os grupos supracitados de maneira detalhada a partir da segunda metade da década de 1960 (KELLNER, 1984, p. 281): se em 1964, as sociedades industriais avançadas foram descritas como unidimensionais (embora a conclusão de *O homem unidimensional* tratasse de grupos que mantinham vivas a oposição e a esperança), em 1972, data de publicação de *Contrarrevolução e revolta*, elas foram pensadas diante da bifurcação que o título indicava (monopólios, de um lado, e massas dependentes, de outro) e o diagnóstico anterior foi desqualificado como “superficial” (MARCUSE, 1973, p. 16). Além das forças propriamente “desintegradoras e centrífugas” (MARCUSE, 1969c, p.16), imanentes ao sistema, havia reivindicações tradicionais que eram suplementadas por novas, tais como as voltadas a novos modos de vida, novas necessidades, individualidade, imaginação, moral, estética, sexualidade, meio-ambiente etc., impossíveis de serem plenamente atendidas sob o capitalismo monopolizado que universalizara a forma-mercadoria e estendera seu domínio das antigas fábricas a todas esferas sociais (inclusive escolas e universidades), colocando-as sob controle e dependência. Esta Grande Recusa ocorria pelas mãos de uma “Nova Esquerda” (MARCUSE, 1976, p. 13) [também chamada de *oposição radical* no *Ensaio sobre a libertação*] considerada a “única esperança” (MARCUSE, 1999b, p. 85) de efetivação do projeto emancipatório naquele momento, concretizadora das categorias dialéticas de

negação e contradição, antecipatória de modos de vida não-alienados (MARCUSE, 1976, p. 76), enraizada em uma base social mais-ampla que o proletariado tradicional e que encontrava ativistas em virtude da classe média ter perdido a independência de que gozou nos séculos anteriores e de estar alinhada a novas demandas. Marcuse pensava que a Grande Recusa, organizada pela Nova Esquerda, poderia *catalisar* a insatisfação, transformando-a em uma rebelião que alavancaria a mudança social qualitativa se despertasse o proletariado tradicional, administrado pelas novas formas de controle social e que, a despeito de algumas comodidades, também não contava com uma qualidade de vida razoável: ao mesmo tempo em que integradora, a força do capitalismo monopolista era desintegradora, pois não satisfazia todas as necessidades, sejam elas as de consumo ou as transcendentais (anseios por liberdade, individualidade, felicidade), engendrando empobrecimento, frustração e repondo a carência individual e social permanentemente.

O grupo de *outsiders* é grande e heterogêneo e este artigo limita-se aos estudantes. Neles (e em outros), apresenta-se um “fator subjetivo” (MARCUSE, 1969c, p. 56) de transformação, pois alguns ativistas escaparam às novas formas de controle social e puderam transvalorar os valores estabelecidos, manter a chama da transformação acesa, desenvolver o trabalho de educação política e de formação de novas e verdadeiras necessidades. Uma das razões de terem portado tais características era a *nova sensibilidade* neles presente: sob uma época em que as sublimações descritas pela psicanálise freudiana não mais se justificavam, uma vez que a carência fora vencida pela opulência na etapa “madura” (MARCUSE, 1978, p. 139) da civilização, que a ambiguidade característica à tecnologia mostrava-a não apenas como forma de controle social, mas meio de libertação de energia e de tempo em relação ao processo material de trabalho [e contribuiria mais para a libertação se a razão fosse despida de seu *a priori* (instrumental), se reorganizada e transformada em “razão pós-tecnológica” (MARCUSE: 2015, p. 225) para superar o estágio no qual se encontrava e ganhar outra política, a saber, a comprometida com o embelezamento dos meios ambiente e social e converter a realidade em obra de arte], e a civilização repressiva não cooptara completamente a dimensão cognitiva da fantasia nestes ativistas, eles não pensavam unidimensionalmente, assim, não acorrentavam o princípio de prazer com os grilhões do princípio de realidade, não colocavam Eros sob o império de Thanatos. Ao contrário, potencializavam redescobertas, quebravam tabus, imaginavam o desmonte da estrutura de repressão às pulsões, em suma, transformavam a imaginação em “força produtiva”

[MARCUSE, 1969b, p. 19] e preservavam a Grande Recusa que pretendia superar o princípio de desempenho pela hipótese de uma “civilização libidinal” (MARCUSE, 1970, p. 22) ou “civilização não-repressiva” (MARCUSE, 1978, p. 28), conforme os termos de *Eros e civilização*. Nesta nova conjuntura emergia a nova necessidade: a solidariedade foi suposta na estrutura pulsional do homem e demandava transformações qualitativas nele e nas instituições criadas. Trata-se daquilo que no *Ensaio sobre a libertação* Marcuse chamou de “base instintual para liberdade” (MARCUSE, 1969c, p. 04) e, em *Exijamos o impossível*, de “fundamento biológico para o socialismo” (MARCUSE, 2011, p. 83): o organismo não mais se adaptaria à performance competitiva, à agressividade, à exploração e, em suma, ao princípio de desempenho. A Nova Esquerda portava esta nova sensibilidade que precedia a revolução social: entrelaçava política e moral, pré-condicionava a agir pela liberdade, a conter a agressividade, a procurar caminhos e pensamentos que não os do princípio de desempenho, a enfraquecer a economia, a cultura e o poder vigentes; portanto, era pela nova sensibilidade presente entre os ativistas que se estabelecia a mediação entre o indivíduo e a mudança social, que se destravava a luta de classes e que se vislumbrava a possibilidade de efetivação da civilização libidinal.

Notadamente acerca do movimento estudantil, seus ativistas eram privilegiados – possuíam educação e posição que permitiam conhecer fatos, relações, contradições e consequências da sociedade opulenta; por isso, os partícipes tinham obrigações próprias dentro da luta emancipatória:

Os que são educados têm a obrigação de usar seus conhecimentos para ajudar homens e mulheres a conscientizar e desfrutar suas capacidades verdadeiramente humanas. Toda educação autêntica é educação política e, numa sociedade de classes, a educação política é impensável sem liderança, educada e testada na teoria e prática da oposição radical. A função dessa liderança é ‘traduzir’ o protesto espontâneo em ação organizada que tenha probabilidades de se desenvolver e de transcender as necessidades e aspirações imediatas, no sentido da reconstrução radical da sociedade: transformação da espontaneidade imediata em espontaneidade organizada (MARCUSE, 1973, p. 53).

Ademais, Marcuse pensava a educação formal como vincada por ambiguidade (ESTEVEZ; VALVERDE, 2016, p. 258) e não por neutralidade ou apenas por reprodução do estabelecido: de um lado, considerava verdade que ela se caracterizava como treinamento para o *status quo* e constantemente subtraída de elementos críticos e

subversivos, de outro, que ajudava a formar consciências e necessidades “incompatíveis com o sistema” (MARCUSE, 2009, p. 40), a projetar uma ordem melhor que a vigente ao desmistificar tabus e ilusões, uma vez que era da “dinâmica interna” (MARCUSE, 2009, p. 35) da educação ir além da sala de aula. Tratava-se de um movimento, outrossim, de acordo com o *Ensaio sobre a libertação*, qualificado com potencial catalisador, a despeito de não ser revolucionário: não havia massas que o seguissem, mas ele fermentava esperanças de uma sociedade livre e contava com a adesão de ativistas que romperam com o “condicionamento social” (MARCUSE, 1969b, p. 53) nos EUA e na Europa Ocidental. Eram jovens que estudavam para serem os técnicos especializados da “nova classe trabalhadora” (MARCUSE, 1969c, p. 59, entre aspas no original) e, se por um lado, eram cooptáveis pelo *status quo*, por outro, edificavam um movimento que se estendia dos *campi* às instituições econômicas e políticas que demandavam trabalhadores especializados, mas que ofereciam poucas oportunidades. Diante de tal conjuntura, Marcuse apresentou, um ano antes do célebre Maio de 1968, em *Objetivos, formas e perspectivas da oposição estudantil*, a análise de três aspectos do movimento estudantil: objetivo, forma e perspectivas.

Acerca dos objetivos, o movimento estudantil defendia direitos civis e humanos em compasso com pautas propriamente acadêmicas e educacionais, assim, articulava demandas da área educacional com a exigência de fim da agressão ao Vietnã, reivindicações específicas com golpes aos “pilares da sociedade” (KELLNER, 1984, p. 288):

Trata-se de uma oposição contra uma sociedade democrática e de bom funcionamento, a qual, pelo menos normalmente, não se baseia no terror. Ademais, essa oposição luta contra a maioria da população, incluída a classe operária (sobre isso, nos Estados Unidos, não cabe a menor dúvida), contra todo o *way of life* do sistema, contra a onipresente pressão do mesmo (que degrada, de modo cada vez mais desumano, através de sua repressiva e destrutiva produtividade, qualquer coisa à condição de mercadoria, fazendo da compra-e-venda a diversão e o conteúdo da vida), e, finalmente, contra o terror que reina fora das metrópoles (MARCUSE, 1969b, p. 55).

Acerca da questão da forma, importante para o alcance dos objetivos supracitados, o movimento tinha de desmistificar a neutralidade acadêmica, mostrando a dependência das universidades em relação aos setores públicos e privados e a necessidade de “reforma” (MARCUSE, 1969b, p. 57) em programas de estudo (expressivos do mito da neutralidade acadêmica e da comunidade acadêmica como

independentes da sociedade). Portanto, lutar por educação livre e crítica inclinava o movimento a reivindicar transformação social: desejava-se uma sociedade livre ao mesmo tempo em que, dentro da universidade, um currículo que contemplasse a análise de sociedades contemporâneas, a diminuição dos abismos entre teoria e prática e ciência e moral (que enfraqueciam o desenvolvimento das faculdades mentais¹⁰). Em compasso com a questão dos objetivos do movimento, a forma articulava as pautas específicas com demandas gerais para tratar do *campus* e do imperialismo, do currículo e dos direitos civis e humanos, criticar a estrutura universitária e a sociedade como tal (limites da democracia parlamentar, colapso do liberalismo, cultura de classe média, consumismo, racismo, repressão sexual¹¹ etc.).

Acerca das perspectivas, Marcuse argumentou que o movimento estudantil da segunda metade do século XX não era uma força revolucionária como o proletariado fora no século XIX e início do XX; com efeito, os protestos e demandas do movimento estavam alocados no campo da preparação e fortalecimento de alternativas ao *status quo* constituído de frequentes crises e posicionado diante de saídas bifurcadas entre contrarrevolução ou revolta, fascismo ou emancipação, direita ou esquerda – o crescimento e fortalecimento da oposição era fundamental para as sociedades palmilharem em direção à libertação e não ao recrudescimento da ordem constituída. No *Ensaio sobre a libertação*, o Autor analisou que, no Ocidente, o movimento estudantil era anticapitalista e reunia grupos anarquistas e socialistas; na América Latina e na Espanha, onde predominavam ditaduras, o movimento tinha o apoio do proletariado

¹⁰ Em *Objetivos, formas e perspectivas da oposição estudantil*, Marcuse cita a fundação, pelo próprio movimento estudantil, de “universidades livres”, tal como ocorreu em Berkeley e em Stanford, nos EUA: “[...] Nessas ‘universidades livres’, são ministrados cursos e seminários sobre temas de estudo não incluídos, ou incluídos em medida inadequada, nos programas curriculares: por exemplo, marxismo, psicanálise, imperialismo, política exterior da Guerra Fria” (MARCUSE, 1969b, p. 57).

¹¹ O exemplo *teach-ins*, *sit-ins*, *be-ins*, *love-ins*, em uma manifestação contra a Guerra do Vietnã, expressa a articulação entre objetivo e forma: “(...) A polícia autorizara a manifestação, mas ‘proibira’ o objetivo da própria demonstração, ou seja, a estação militar de Oakland. Além de um ponto bastante preciso, assim, a manifestação tornar-se-ia ilegal, chocar-se-ia contra uma proibição específica. E, de fato, tendo chegado às proximidades da zona proibida, os milhares e milhares de estudantes chocaram-se com uma barreira de policiais, alinhados em cerca de dez filas, em uniformes negros, armados até os dentes e munidos com capacetes de aço. Na frente da passeata que se aproximava dessa barreira de policiais, estavam – como sempre – jovens que gritavam para não parar e incitavam a romper o cordão (tentativa que, naturalmente, ter-se-ia concluído com algumas cabeças quebradas e sem nenhum resultado positivo). O próprio cortejo de manifestantes, porém, criara uma sua barreira, que os mais agitados deveriam romper para poder atingir a barreira policial. Como era natural, a ruptura não ocorreu. Após dois ou três minutos angustiantes, os milhares de estudantes sentaram-se na rua. Tiraram os violões e as gaitas de boca, começou o *petting*, as carícias amorosas, e assim terminou a manifestação. Vocês talvez considerem ridículo esse episódio. A meu ver, pelo contrário, a unidade entre rebelião política e rebelião ético-estética, criada de um modo inteiramente espontâneo e anárquico, não deixou talvez de exercer um certo efeito inclusive sobre os adversários” (MARCUSE, 1969b, pp. 62-63).

urbano e agrário; nos EUA, França, Itália e Alemanha Ocidental, o movimento era visto com reserva pelo povo e mesmo pelos sindicatos e partidos comunistas oficiais. Outro traço comum entre os países do capitalismo central era o transbordar do ativismo para além dos *campi* e o alcance das ruas e da sociedade, opondo-se ao funcionamento normal das sociedades que desperdiçava vidas em atividades de trabalho desnecessárias, que não ofertava qualidade de vida à medida que a forma-mercadoria colonizara toda sorte de âmbitos sociais, que aumentava a violência, as repressões, o colonialismo, as guerras, a exploração perdulária do meio-ambiente e fomentava necessidades e satisfações falsas e conformistas.

Três fatos históricos da década de 1960 atestaram tanto o poder do movimento estudantil como catalisador da rebelião como a força do argumento de Marcuse. Um deles foi o Maio de 1968, presenciado e relatado pelo Autor como parte da Grande Recusa¹². O movimento teve início na universidade e se espalhou por Paris, ganhando teatros, fábricas, aeroportos, estações de televisão etc.: as pautas reivindicavam melhoria das condições das universidades, empregos para recém-formados, denunciavam ações repressivas do estado francês, do modo de vida da sociedade estabelecida, exigiam o fim da agressão ao Vietnã; espontaneamente, o movimento ganhou vernizes socialistas, mas sem assumir a URSS e o stalinismo como modelos. A população apoiou os estudantes que, apanhando da polícia e entrincheirados, também conseguiram apoio e adesão do PCF e da central sindical para uma greve geral, foram às fábricas e, ultrapassando as instituições sindicais integradas, falaram diretamente com os trabalhadores, convencendo-os à adesão ao movimento grevista. Ao contrário do que apregoava o marxismo ortodoxo, o ponto de partida do movimento de massas (não propriamente uma revolução, mas que fez ressurgir a tradição de protestos naquele momento adormecida na Europa) não fora o proletariado, mas os estudantes¹³.

¹² “O Maio de 1968 confirmou o diagnóstico de que havia crescimento da Grande Recusa; contudo, dessa vez, a oposição não estava apartada politicamente de uma nova sensibilidade e de uma nova vida pulsional, da contracultura, da transvalorização dos valores, das questões ambientais, da estética, da utopia – o *rock*, o teatro de guerrilha, o *flower power*, as manifestações que também eram lugares para os jovens se beijarem em praça pública eram tão importantes para a edificação da libertação do estado de bem-estar capitalista e a ruptura com as falsas sensibilidades da sociedade estabelecida quanto as formas canônicas de militância política. As novas sensibilidades ativavam a faculdade da imaginação, valorizavam a dimensão estética e demandavam, além de outros valores e comportamentos, um projeto que não aquele dos partidos comunistas oficiais (marcado pela produtividade e competitividade), mas voltado para um socialismo libertário, humanista, integral, no qual a receptividade e a vida como fim, e não como meio, estivessem em primazia”. (ESTEVES, 2017, p. 283-4).

¹³ “(...) A ideia tradicional de revolução e a estratégia de revolução estão fora de moda, simplesmente ultrapassadas pelo desenvolvimento de nossa sociedade. Disse isto antes, e gosto de repeti-lo, pois considero que nesta situação nada é mais seriamente requerido do que uma mente sóbria. A ideia de que

Outro fato histórico foi o movimento estudantil berlinense e de algumas outras cidades alemãs, também agente da Grande Recusa: Marcuse considerou-o mais radical¹⁴ à medida que exigia ação constante dos ativistas em assembleias diárias, mas com menor apoio (e mesmo resistência) da população e do proletariado tradicional (tal como nos EUA). No movimento, havia virulenta crítica à democracia representativa, denúncias de resíduos do nazismo nas instituições alemãs, de política truculenta e de estrutura universitária autoritária; destarte, o movimento pensava que o aumento da radicalidade era indispensável, ensejando descontentamento entre os não-estudantes e os estudantes moderados. Os episódios nos quais até mesmo Adorno chamou a polícia, em 1969, para que o Instituto de Pesquisa Social não fosse ocupado pela SDS e que, como resposta, a mesma organização, meses depois, invadiu um curso que o filósofo oferecia e o interrompeu, jogando pétalas no professor e expondo-o a três estudantes com seios desnudos – episódio que ficou conhecido como “Atentado dos seios”¹⁵ – ilustraram a radicalidade do movimento estudantil alemão. Um ano antes, em 1968, as manifestações em Bonn reuniram quase cem mil pessoas contra a instauração de um estado de emergência, universidades e institutos das principais cidades foram ocupados, ações conjuntas com o sindicato IG Metall apelavam para uma greve geral.

O terceiro dos fatos foi a participação do próprio Marcuse nas ações do movimento estudantil norte-americano: o filósofo presenciou as manifestações na Universidade de Brandeis contra a invasão de Cuba, os protestos em Los Angeles contra a Guerra do Vietnã, ações em defesa dos direitos civis e, entre outras colaborações, manteve profícuo diálogo com Angela Davis; foi também nos EUA que Marcuse

um dia massas de qualquer espécie marchem sobre Washington e ocupem o Pentágono e a Casa Branca e organizem um governo, considero-a completamente fantástica e sem qualquer correspondência com a realidade. Caso existissem tais massas e isso acontecesse, dentro de 24 horas uma outra Casa Branca seria organizada no Texas ou na Dakota do Norte e a coisa toda chegaria rapidamente a um fim. Temos de nos desacostumar desta ideia de revolução. Esta é a razão pela qual acredito que o que está acontecendo hoje na França é tão significativo e pode ser decisivo; esta é precisamente a razão pela qual enfatizo o caráter espontâneo deste movimento e o modo espontâneo pelo qual se propaga”. (MARCUSE, 1999b, p. 67).

¹⁴ “A radicalização do movimento estudantil e sua transformação em força motriz da oposição extraparlamentar continuou porque as mesmas causas persistiam: a inexistência de uma reforma democrática do ensino superior, a decadência crescente do parlamentarismo devido à Grande Coligação que tinha determinado como meta, entre outras, decretar o estado de emergência, o apoio moral e financeiro à guerra do Vietnã pela República federal, a manipulação da opinião que se mostrava óbvia nos trustes dos jornais sensacionalistas e na imprensa berlinense, a orientação geral segundo o modelo de uma sociedade uniformizada. Depois da extensão do protesto no ensino superior alemão, no inverno de 1967-1968, as ações que tratavam da política geral tornaram-se preponderantes quanto às reivindicações relativas ao ensino superior. Os estudantes politicamente ativos consideravam cada vez mais as universidades como a base e o teatro de conflitos sobre a política geral” (WIGGERSHAUS, 2006, p. 658).

¹⁵ LIMA, B. D. T. C.; SANTOS, E. A. C. “Em rota de colisão: Adorno, Marcuse e os movimentos estudantis” In: *Ideias*, vol. 7, nº2, 2016, p. 43.

contribuiu para edificação de uma Nova Esquerda e que *O Homem unidimensional* tornou-se *best-seller*, um dos motivos para os quais a imprensa, posteriormente, citasse Marcuse como “guru de 1968”.

Pensando o movimento estudantil como catalisador da mudança social qualitativa e animado pelas ações que os estudantes da época conseguiram organizar e desenvolver, o diagnóstico de Marcuse ao final da década de 1960 exibiu entusiasmo, tanto que propôs edificação, organização e coordenação de um movimento internacional de oposição a fim de destravar a luta de classes e preparar a mudança qualitativa.

Norbert Elias tem uma perspectiva e um quadro categorial diferentes do filósofo frankfurtiano: em *Terrorismo na República Federal da Alemanha – expressão de um conflito social entre gerações* (publicado na terceira parte de *Os alemães*), o sociólogo analisou as organizações ilegais e extraparlamentares (em regra, marxistas) da República Federal Alemã e de “sociedades altamente diferenciadas” (ELIAS, 1997, p. 220). As agremiações eram compostas por jovens oriundos de famílias burguesas que, em virtude do *Welfare State* e da possibilidade de remuneração a curto prazo, deixaram suas famílias mais cedo em relação ao procedimento das gerações anteriores; concomitantemente, para aqueles que optaram em continuar no lar paterno, o processo civilizador alemão vivenciado pelos jovens do Pós-Guerra, prorrogou-lhes as coações do trabalho e permitiu-lhes a transição direta da escola à universidade, potencializando uma vida mais apartada do mundo adulto e cerrar fileiras contra ele; os estudantes passaram por um processo de socialização escolar que, diante da história alemã no século XX, contribuiu para os tornarem mais solidários aos sofrimentos infringidos às pessoas e adquirirem vergonha do nacionalismo; viveram uma mobilidade social ascendente maior que a de jovens de períodos anteriores; sob uma vida secularizada, procuravam o significado de suas existências sem referências a orientações sobrenaturais e transcendentais, mas à sociedade-Estado que ofertava maior segurança à vida humana, aumento da prosperidade e de um padrão de vida acima da linha da fome inclusive entre os mais pobres, emancipando as pessoas da luta pelo pão e abrindo-lhes perspectivas para novos tipos de desejos e tarefas, tais como a demanda por uma vida mais coletiva e que sobrepujasse questões privadas; a legitimidade das relações amorosas deixou de ter o matrimônio como fator monopolizador e caracterizou-se por um relaxamento dos tabus sexuais; novas formas de família formaram-se e cresceram quantitativamente; a duração do tempo social da puberdade foi ampliado e, ao mesmo

tempo, posições de comando profissionais e políticas continuaram reservadas a pessoas de mais idade, aumentando o fosso entre as maturidades biológica e social.

A despeito das demandas marcadas por diminuição de desigualdades e por solidariedade a povos oprimidos, a estratégia das organizações de oposição extraparlamentar recorria à violência, assim, estava vincada por aquilo que Norbert Elias denominava “efeito descivilizador” (ELIAS, 1998a, p. 21) e que era uma das características da tradição alemã, uma vez que, em sua sociogênese, houve unificação tardia do país (1871), um Estado absolutista até o fim da I Guerra e que operava à margem dos cidadãos, dissuadindo-os, em menor grau que nos países vizinhos, a recorrer à violência para solucionar problemas e o *ethos* guerreiro, oriundo da era medieval, ainda fazia eco. Com efeito, a psicogênese correlata era de menor autocontrole, tal como expressa na tradição do duelo, presente e viçosa ainda no início do século XX¹⁶, e caracterizada pela “personalidade autoritária” (ELIAS, 1997, p. 259) [expressão denotativa do conhecimento de Norbert Elias acerca da Teoria Crítica] em pessoas socializadas sob o costume militar da ordenação, do comando e da obediência como modelo a ser empregado em outras esferas da vida, formadora de ojeriza ao “palavrório” parlamentar e apreço à ação, estimulante mais do respeito a coações externas do que da autonomia necessária à vida sob a democracia representativa. Contudo, é preciso relativizar que, a despeito de sua tradição violenta, outra das características da Alemanha apenas *parece* ser contraditória ao “efeito descivilizador”: trata-se do que Norbert Elias denominou “processo civilizador” (ELIAS, 2011, p. 69) construído a “longo prazo” (ELIAS, 2011, p. 207) no Ocidente moderno. São expoentes destes fenômenos sociogenéticos a maior divisão do trabalho e diferenciação entre pessoas e funções, maior interdependência, concorrência entre classes sociais e elaboração de condutas de civilidade como padrões distintivos que são imitadas e que espraíam refinamentos, intensificação da atividade comercial, formação e crescimento de novas classes sociais ligadas diretamente à economia monetária, concorrência marcada por vias que não a da violência, origem e consolidação de Estado centralizado e monopolizador da força (profissionalizada e institucionalizada com corpos policiaescos oficiais que somente saem do fundo da cena social quando convocados) e

¹⁶ “A importância do duelo – o qual não estava limitado a casos de séria afronta à honra, como na França, por exemplo, mas era parte integrante, por assim dizer, da vida cotidiana da maioria dos membros das associações de estudantes – era apenas um sintoma do vigor da tradição da violência militar, que estava embutida no padrão especificamente alemão de civilização, tal como se desenvolveu de modo especial depois de 1871. É óbvia a unificação tardia através de força das armas” (ELIAS, 1997, p. 259).

da tributação ensejaram unidades de sobrevivência maiores (Estado-nação) e com a disputa por eliminação resolvida, a especificidade do processo alemão mais como *Kultur* do que como *Zivilization*¹⁷. Também expoentes, fenômenos psicogenéticos são compassados aos sociogenéticos e ilustram como as pessoas viveram e vivem com autocontrole – disciplinado e com “automatismo” (ELIAS, 1993, p. 196) compulsivo – denotativo de moderações e domínio sobre o comportamento regulado por códigos de conduta e regras de etiqueta que expressam refinamento e avanço do patamar da vergonha, do embaraço e da repugnância observados em hábitos à mesa, de assoar e escarrar, de quarto, de relacionamento entre os sexos, de agressividade, de comportamento diante de idosos e moribundos, de costume relacionado à contagem do tempo, de comportamentos esportivos partilhados tanto entre atletas como em espectadores. *Habitus* foram regulados de modo a erigir uma economia psíquica marcada pela submissão das pulsões primárias ao império da consciência racionalizadora, pela transformação da coerção exterior em autocoção, *civilizando* as pessoas, socializando-as de maneira a não resolverem seus problemas pela estratégia bélica, educando-as a aumentarem o “controle sobre tudo o que estava ligado à animalidade” (HEINICH, 2001, p. 12), a exteriorizarem suas emoções somente da forma socialmente aceitável, acostumando-as à monotonia de tarefas administrativas e burocráticas, a repetirem os superiores hierárquicos e a chamarem a atenção deles para alcance da autopromoção – a “sociologia de processos” (ELIAS, 1994, p. 142) do Autor articula sociogênese e psicogênese, *habitus* social e *habitus* individual, para explicar estruturas sociais e estruturas de personalidade, correspondendo-as e mostrando implicações recíprocas, nas quais as pessoas estão dispostas em “rede” (ELIAS, 1994, p. 22) de interdependência e compõem a sociedade como “configuração” (ELIAS, 2011, p. 240), ou “figuração” (ELIAS, 2006, p. 25), que liga as pessoas com “um cordão umbilical invisível” (ELIAS, 1997, p. 95) em uma ordem oculta e não planejada. Não há, portanto, contradição entre “efeito descivilizador” e “processo civilizador”: Norbert Elias não pensa a história humana como linear e considera que é possível a

¹⁷ No primeiro volume de *O processo civilizador*, Norbert Elias considera que os alemães pensam *Zivilisation* como algo superficial, semelhante à aparência externa (e falsa) da existência humana nos hábitos da nobreza cortesã; entre ingleses e franceses, o termo discrimina aquilo que é comum entre os povos europeus [tecnologia, maneiras, ciência, religião, costumes, habitações, sociabilidades, punições, alimentação etc.] e que lhes dá consciência a respeito de si mesmos. Mas o termo que expressa o orgulho que os alemães têm de si mesmos é *Kultur* (e *Bildung*): ele alude a fatos intelectuais, artísticos, religiosos, caráter, valor – o pensamento e a interioridade, presentes na *intelligentsia* de classe média alemã sem participação nas decisões políticas, foram colocados no primeiro plano por expressarem a situação de um povo que somente tardiamente alcançou unificação política e consolidação das fronteiras.

concomitância entre civilização e barbárie, a existência de saltos e regressões, a possibilidade de racionalização da violência e de toda sorte de perversão; o que o sociólogo alemão coloca em jogo é o aumento do controle das emoções sob unidades de sobrevivência maiores de maneira processual e não teleológica, a solidariedade entre as dimensões psíquicas e sociais.

Além da maior predisposição à violência arvorada pela sociogênese e pela psicogênese de longo prazo, o déficit civilizatório alemão em relação aos vizinhos combinava-se conjunturalmente com obstáculos impeditivos de acesso a oportunidades aos mais jovens na segunda metade do século XX: as profissões liberais tinham seus canais estreitos e monopolizados pelas gerações mais velhas; as universidades possuíam estrutura autoritária e dificultavam as funções docentes e administrativas aos mais novos, coagindo-os com a legislação de bolsas de estudo; o Estado era violento e não se abria para discutir políticas educacionais; o apanágio dos partidos políticos compunha-se de estruturas hierárquicas comandadas pelos mais velhos, conseqüentemente, empurrava a geração mais recente à adesão a atividades extraparlamentares e terroristas; os mais jovens culpavam seus pais e avós por terem permitido a ascensão do nazismo e não os viam como agentes edificadores de uma sociedade melhor, ao contrário, eram vistos como bloqueadores dela – notava-se diferença acerca da orientação política entre as gerações, sendo as primeiras mais conservadoras e nacionalistas que as segundas, e estas mais contextualizadas com a perda de hegemonia da Europa e refratárias em seguir as pegadas de seus pais. De modo geral, o sentimento que permeava as novas gerações era de aprisionamento, de vida sob uma sociedade imoral e injustificável em virtude das desigualdades sociais que não eram vencidas mesmo com o crescente nível de vida do Pós-Guerra, de exposição às coerções do mercado e do Estado à medida que parte dos mais jovens tinha experiência com ambos.

Norbert Elias argumentou que tais insatisfações da juventude não eram inteligíveis se circunscritas ao campo “predominantemente econômico” (ELIAS, 1997, p. 213): era a experiência da opressão, e não o seu auge, que revoltava grupos humanos.

Em todo o mundo, grupos *mais jovens* (...) são dependentes por algum tempo, enquanto crescem e se educam, dos mais poderosos grupos de pessoas *mais velhas*. As coações a que eles estão assim expostos – por mais essenciais que sejam para o seu crescimento – podem, de fato, ser de caráter mais ou menos opressivo e, em todo o caso, ser sentida como frustrante opressão por aqueles que estão crescendo. E o serão ainda mais se o gradiente de poder entre a geração mais jovem e a

mais velha tiver, *de fato*, diminuído. Esse, porém, foi o caso em todas as sociedades industriais mais altamente desenvolvidas no decorrer do século XX e, por certo, não apenas na República Federal Alemã. Na esteira de ambas as guerras mundiais deste século ocorreram surtos emancipatórios específicos ou, por outras palavras, um recrudescimento nas oportunidades de poder de grupos previamente mais fracos ou oprimidos. O aumento no poder da classe trabalhadora em relação aos patrões, das mulheres em relação aos homens, e das populações coloniais ultramarinas em relação aos países colonizadores da Europa Ocidental são os exemplos que acodem mais rapidamente ao espírito. Em todos esses casos, foi uma questão de diminuição nas diferenças de poder; não, é claro, a realização da plena igualdade de poder nas relações dos grupos envolvidos. Isso também é válido para o deslocamento de poder entre as gerações mais velhas, estabelecidas, e as mais jovens, em ascensão, sobretudo na classe média. É razoável que a melhoria na situação econômica que foi especialmente visível no final da década de 1950 em diante contribuiu, com sua parte, para o desejo intensificado de emancipação dos jovens de classe média e, sobretudo, para seus grupos estudantis, logo, para o agravamento do conflito entre gerações (ELIAS, 1997, p. 213-4, grifo do Autor).

A motivação de classe era usada como véu ideológico, “enganador” (ELIAS, 1997, p. 215): mesmo com a autodeclaração de que eram representantes da classe trabalhadora, o real pendor das ações dos movimentos extraparlamentares partia de um conflito de gerações que procurava aniquilar o mundo do pai. A luta por “significação pessoal” (ELIAS, 1997, p. 209), peculiar à burguesia do século XX e vinculada a um ideal político, tal como o que procurava diferenciar-se do nazismo, do estigma de violência e da derrota nas guerras protagonizadas pela Alemanha, inclinou a geração mais nova a se opor a de seus pais e avós. Para Norbert Elias, as ideias de Marx jogaram água no moinho desta luta por “significação pessoal” à medida que orientaram a nova geração com um corpo teórico vincado de potência explicativa das desigualdades e opressões sociais, expondo a exploração do proletariado pela burguesia; contudo, o sociólogo considerava que o modelo marxiano não contemplava (totalmente) a luta entre gerações: as opressões experimentadas pela juventude do Pós-Guerra não eram primordialmente econômicas, mas de “busca de significado”, de “propósito” que favorecesse a “plena realização pessoal” (ELIAS, 1997, p. 215) – a questão do significado foi uma demanda que saltou para o primeiro plano nas gerações mais novas. De acordo com Elias, a crescente interdependência entre os grupos humanos permitiu à Sociologia emancipar-se dos postulados das ciências naturais, tal como aquele dispositivo que educou a Modernidade a pensar em termos de causa e efeito, e a perceber que fenômenos sociais estavam vincados por interação, heterogeneidade,

pluralidade de normatividades e contradição no interior de uma mesma configuração social, assim, demandavam explicações que ultrapassassem o princípio de não-contradição (HEINICH, 2001, p. 152): a consideração que ele fez a respeito do movimento estudantil não se deixou levar por uma causa ligada logicamente ao respectivo efeito, ao contrário, elencou fatores sociogenéticos (classes, gerações, significação pessoal, formas de socialização) compassados a psicogenéticos e evitou a teleologia e o mecanicismo.

Ademais, para o Autor, o conflito de gerações (abrangente e que atingia as gerações de maneira não-planejada e não-premeditada, maior que o conflito desta ou daquela geração, que não se limita apenas ao conflito pai-filho e filho-pai do lar parental burguês) foi constante na história humana e funcionou como uma das “forças propulsoras da dinâmica social” (ELIAS, 1997, p. 217). Ele pode ser mantido em latência, mas as mudanças do século XX contribuíram para explodir o “núcleo dos conflitos sociais entre as gerações” (ELIAS, 1997, p. 221) e relacioná-los à questão de classe: a geração que monopolizou funções (os *estabelecidos*) foi combatida pela que reivindicava acesso às posições e significações das quais estava excluída (os *outsiders*¹⁸):

O velho lavrador corre o risco, através da pressão do jovem, de perder tudo o que deu um sentido à sua vida, não só o seu poder de comando mas também a independência que perderá quando finalmente se retirar. E o lavrador mais jovem corre o risco de ficar cada vez mais velho e continuar ainda solteiro, por causa da longevidade e obstinação do velho, sem encontrar a significação que, de acordo como código de sua sociedade, só pode ser proporcionada pelo controle sobre uma lavoura e as terras, e pela formação de uma nova família. Mesmo sem qualquer conhecimento especial detalhado, é fácil ver que, de quando em quando, um desses jovens lavradores se desespera, torna-se violento, e talvez chegue a agredir o pai. Tudo isto é uma ilustração de que os conflitos de gerações não podem ser explicados por referência somente à culpa de um lado ou de outro, mas que em muitos casos têm de ser explicados, em definitivo, por referência à estrutura específica de instituições sociais (ELIAS, 1997, p. 219).

¹⁸ Por *outsiders*, Elias não entende o mesmo que Marcuse: o primeiro expõe um conflito de moradores de uma vila operária inglesa no qual o que prevalece não é, necessariamente, a oposição à ordem, motivações de classe, étnicas, de nacionalidade, de gênero, ambientais etc., mas a contenda entre os moradores estabelecidos há mais tempo no local e os novos moradores. Cf. ELIAS, N.; SCOTSON, L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Trad. de V. Ribeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Com efeito, o movimento estudantil, como expoente da demanda da geração mais nova, obteve sucesso, na década de 1960, tanto em alcançar adesão de participantes como em “alterar o equilíbrio de poder entre as gerações mais velhas de professores vitalícios, e as gerações marginais de estudantes e jovens assistentes” (ELIAS, 1997, p. 227): conseguiu abrir e ampliar as barreiras que a geração anterior impôs para a mais nova na vida universitária alemã.

Para Norbert Elias, a oposição extraparlamentar (composta hegemonicamente por jovens), atuante na República Federal Alemã, notabilizou-se como um “efeito descivilizador” dentro da configuração geral do “processo civilizador” alemão à medida que recusou, em nome da antecipação da revolução proletária, estratégias da democracia representativa que procuravam colocar a violência em latência. Contudo, desde as décadas de 1930 e 1940, Marcuse apontara os limites da democracia liberal como instituição de pacificação da existência; ao contrário, ela operava, segundo o filósofo frankfurtiano, como propulsora da violência: em *O combate ao liberalismo na concepção totalitária de Estado, Filosofia e Teoria Crítica, Para a crítica do hedonismo, Sobre o caráter afirmativo da cultura, Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica, Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo, Teorias da mudança social, Algumas implicações sociais da tecnologia moderna e Razão e revolução* esclarecera o entrelaçamento da democracia tal como estabelecida pelo ideário liberal com o fascismo mediante a hipostasia do todo em relação ao indivíduo, à disposição das pessoas como concorrentes entre si e em conflitos potenciais ou abertos perenemente, a dependência cega e irracional de grandes contingentes humanos em relação a empregadores, a grandes monopólios, ao maquinário e a um líder (*Führer*), o mecanismo ideológico da liberdade e felicidade interiorizadas e abstratas a ensejar ascetismo diante da concretude da miséria material, a emergência do Estado autoritário como instituição de manutenção (violenta) do interesse liberal da propriedade privada e que impõe à razão toda a sorte de irracionalidades e agressões (sangue, raça, terra, povo e pátria) para se preservar. Mesmo a tentativa de tratar a questão pelas chaves da luta por “significação pessoal” e do “conflito de gerações”, tal como propôs Norbert Elias, recolocou no primeiro plano o que se procurou circunscrever no segundo: o particular não se livra do universal ou, dito de outra forma, os jovens que adotaram formas violentas de luta contra a sociedade estabelecida continuavam expostos à concorrência, à sociedade de classes, à lei objetiva das coisas e a variadas formas de repressão, e não apenas à questão geracional ou de

significado pessoal – ao culparem as gerações anteriores e buscarem diferenciarem-se delas, culpavam não apenas seus pais, avós e a filiação política que adotaram, mas a série de problemas que a Alemanha, sob a democracia liberal ou o autoritarismo, não conseguiu resolver. Ademais, mesmo o Estado nacional, sob o qual ocorreram o processo civilizatório e a pacificação do mundo social, era interpretado por Elias como instituição de “monopolização do uso legítimo da força física” (NEIBURG, 1999, p. 51) e, assim, a violência estava contida no processo civilizatório como o verme no fruto: definições de fronteiras, caracteres nacionais e manutenção da paz foram arvorados ao custo de muito sangue derramado.

Marcuse é refratário à estratégia de apenas tornar a coerção externa em interna como pacificadora da existência, ele pensa que não é dessa forma que se desentrelaça a libido da agressividade e não se empreende a *Aufhebung* que o filósofo – versado na dialética hegeliana – sabe ser necessária para resolver a questão, mas somente pereniza a violência, metamorfoseando-a em autoviolência e em latente até explosões de retorno do reprimido. O movimento estudantil, ávido pela efetivação das novas necessidades e sensibilidades engendradas em seus ativistas também em instituições, reivindicava – para tomar emprestada a expressão de Elias – um processo civilizador (silencioso a respeito de todas as contradições que a democracia representativa carregava consigo e das dessublimações repressivas) de maior amplitude, a saber, aquele edificador da já historicamente possível civilização libidinal¹⁹, pensada por Marcuse desde *Eros e civilização*, e que exigia *l’imagination au pouvoir* e o aprofundamento da democracia.

Referências

- ELIAS, N. *O processo civilizador volume 1: uma história dos costumes*. 2º ed. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- _____. *O processo civilizador volume 2: formação do Estado e Civilização*. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

¹⁹ “(...) A correlação freudiana ‘repressão instintiva – labor socialmente útil – civilização’ pode ser significativamente transformada na correlação ‘liberdade instintiva – trabalho socialmente útil – civilização’. Sugerimos que a repressão instintiva predominante resultou não tanto da necessidade de esforço laboral, mas da organização social específica do trabalho, imposta pelos interesses da dominação, essa repressão era, substancialmente, mais-repressão. Por consequência, a eliminação da mais-repressão tenderia *per se* a eliminar não a atividade laboral, mas a organização da existência humana como instrumento de trabalho. Sendo assim, a emergência de um princípio de realidade não-repressivo modificaria, mas não destruiria, a organização do trabalho; a liberação de Eros poderia criar novas e duradoras relações de trabalho” (MARCUSE, 1978b, p. 143).

- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad: Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Introdução à sociologia*. 3º ed. Trad: M. L. R. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2014.
- _____. *Escritos & ensaios I: Estado, processo, opinião pública*. Trad: Sérgio Benevides, Antiono Carlos dos Santos, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. *Envolvimento e alienação*. Trad: Alvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.
- _____. *A condição humana*. Trad: Manuel Loureiro, Lisboa. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1991.
- _____. *A solidão dos moribundos*. Trad: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Sobre o tempo*. Trad: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ELIAS, N.; SCOTSON, L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Trad. de V. Ribeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Trad: M. M. A. e Silva. Lisboa: Difel, 1992.
- ESTEVES, A. A. *Do socialismo científico ao socialismo utópico: o projeto emancipatório de Herbert Marcuse – Política e Estética nas décadas de 1960 e 1970*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.
- _____. “Marcuse: a tecnologia como forma de controle social” In: SGANZERLA, A.; VALVERDE, A.; FALABRETTI, E (Orgs.). *O pensamento político em movimento vol. 2*. Curitiba: PUCPress, 2018.
- ESTEVES, A. A.; VALVERDE, A. J. R. Educação e emancipação em Adorno e Marcuse. *Cognitio-Estudos* vol. 13, nº 2, 2016.
- FREITAG, B. *A Teoria Crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HEINICH, N. *A Sociologia de Norbert Elias*. Trad: V. Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2001.
- JAY, M. *The Dialectical Imagination: a History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950*. Berkeley. Los Angeles, London: University of California Press, 1996.
- KELLNER, D. *Herbert Marcuse and the crisis of Marxism*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1984.
- LIMA, B. D. T. C.; SANTOS, E. A. C. Em rota de colisão: Adorno, Marcuse e os movimentos estudantis. *Ideias*, vol. 7, nº2, 2016, pp. 37-58.
- LOUREIRO, I. [Org]. “As últimas cartas” In: MARCUSE, H. *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Trad: I. Loureiro e R. de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade vol. 1*. Trad: Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Cultura e Sociedade vol. 2*. Trad: Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad: M. C. V. Borba. São Paulo: UNESP, 1999a.
- _____. *Razão e Revolução: Hegel e o Advento da Teoria Social*. 2º ed. Trad: Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- _____. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 7^o ed. Trad: Á. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978b.
- _____. *Marxismo soviético: uma análise crítica*. Trad: Carlos Weber. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- _____. *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Trad: Robespierre de Oliveira, Deborah C. Antunes e Rafael C. Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- _____. *O fim da utopia*. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969b.
- _____. *An essay on liberation*. Boston: Beacon Press, 1969c.
- _____. *Actuels*. Trad: Jean-Marie Menière. Paris: Galilée, 1976.
- _____. *A Grande Recusa Hoje*. Trad: Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.
- _____. *Five Lectures: Psychoanalysis, Politics, and Utopia*. 2^o printing. Trad: Jeremy J. Shapiro e Shierry M. Weber. Boston: Beacon, 1970.
- _____. *Contra-revolução e revolta*. Trad: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. “Lecture on education, Brooklyn College, 1968”; “Lecture on higher education and politics, Berkeley, 1975” In: KELLNER, D.; LEWIS, T.; PIERCE, C.; CHO, K. D. *Marcuse’s challenge to education*. Lanham [USA]: Rowman & Littlefield, 2009.
- _____. *La sociedad carnívora*. Trad: Miguel Grinberg. Buenos Aires: Godot, 2011.
- MARCUSE, H.; NEUMANN, F. “Uma história da doutrina da mudança social”; “Teorias da mudança social” In: MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad: M. C. V. Borba. São Paulo: UNESP, 1999.
- MUSSE, R. A dialética como discurso do método. *Tempo Social*. São Paulo: USP, vol 17, n^o 1, 2005.
- NEIBURG, F. “O naciocentrismo das Ciências Sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social” In: WAIZBORT, L. [org.] *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PONTES, H. “Elias, renovador da ciência social” In: WAIZBORT, L. [org.] *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.
- RIBEIRO, R. J. “Apresentação a Norbert Elias” In: ELIAS, N. *O processo civilizador volume I: uma história dos costumes*. 2^o ed. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- VAZ, A. F. *Adorno por Elias, para além de Elias: questões para uma Teoria Crítica do presente*. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-038/762>>. Acesso em 26-06-2018.
- WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. 2^o ed. Trad: Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

Recebido em: 27/07/2018
Aprovado em: 21/12/2018